

previstos nos INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS.

**Parágrafo Segundo** - Compreende-se no objeto desta Autorização o Serviço Móvel Pessoal, prestado em regime privado, em conformidade com a regulamentação da ANATEL, e, em especial, consoante disposições contidas no Regulamento do SMP e no Plano Geral de Autorizações do SMP.

**Cláusula 1.2** - Serviço Móvel Pessoal é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações, observadas as disposições constantes da regulamentação.

**Cláusula 1.3** - A AUTORIZADA tem direito à exploração industrial dos meios afetos à prestação dos serviços, observadas as disposições constantes da regulamentação, bem como o disposto nos artigos 154 e 155 da LGT.

**Cláusula 1.4** - O prazo desta autorização para exploração do SMP é indeterminado.

**Cláusula 1.5** - O serviço deve ser explorado com a utilização, pela AUTORIZADA, das subfaixas de radiofrequências previstas nos INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS e nos Termos de Autorização de Uso de Radiofrequência a ela vinculados, bem como daqueles Termos de Autorização de Uso de Radiofrequências que venham a ser firmados em decorrência de processos licitatórios a serem realizados pela Anatel.

**Cláusula 1.6** - Os Termos de Autorização para Uso das Radiofrequências anteriormente associados aos INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS, objeto desta unificação, passam a associar-se ao presente Termo, dele sendo parte essencial e indissociável, passando a vigor em conjunto e unificadamente, contudo se preservando direitos e obrigações de cada Termo de Autorização para Uso das Radiofrequências e deste Termo.

## Capítulo II

### Do Valor da Autorização para Exploração do SMP

**Cláusula 2.1** - O valor da Consolidação dos Termos de Autorização para exploração do SMP na respectiva Área de Prestação é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser pago na data da sua assinatura.

§ 1º - O atraso no pagamento do ônus previsto nesta Cláusula implicará cobrança de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

§ 2º - O não pagamento do valor estipulado nesta cláusula implicará a caducidade da Autorização, independente da aplicação de outras penalidades previstas.

§ 3º - Em quaisquer das situações que levem à extinção da Autorização, o valor pago do preço público pela Autorização, até o momento da referida extinção, não será restituído.



### Capítulo III

#### Do Modo, Forma e Condições da Prestação do Serviço

**Cláusula 3.1** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o SMP de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao serviço prestado em regime privado, observados os critérios, fórmulas e parâmetros definidos neste Termo de Autorização.

**Parágrafo único.** O descumprimento das obrigações relacionadas ao objeto deste Termo de Autorização ensejará a aplicação das sanções nele previstas, permitirá a suspensão temporária pela Anatel e, conforme o caso, será decretada a caducidade desta Autorização, na forma disposta no Art. 137 da LGT.

**Cláusula 3.2** - A AUTORIZADA deve prestar o serviço objeto desta Autorização por sua conta e risco, dentro do regime de ampla e justa competição estabelecido na LGT, sendo remunerada pelos preços cobrados, conforme disposto neste Termo de Autorização.

§1º A AUTORIZADA não terá direito a qualquer espécie de exclusividade, qualquer hipótese de garantia de equilíbrio econômico-financeiro, nem poderá reclamar direito quanto à admissão de novas prestadoras do mesmo serviço.

§2º A AUTORIZADA não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes com a expedição desta Autorização ou do início das atividades, devendo observar os novos condicionamentos impostos por lei e pela regulamentação.

§3º As normas concederão prazos suficientes para adaptação aos novos condicionamentos.

**Cláusula 3.3** - A AUTORIZADA se obriga a iniciar a exploração comercial do serviço, nas localidades ainda não atendidas nas condições estabelecidas nos documentos editalícios, nos prazos e condições fixadas no(s) Termo(s) de Autorização para Uso de Radiofrequências associados ao presente Termo.

**Cláusula 3.4** - A AUTORIZADA deverá manter acesso gratuito para serviços públicos de emergência conforme estabelecido na regulamentação.

**Cláusula 3.5** - A AUTORIZADA deverá assegurar ao seu usuário o livre exercício de seu direito de escolha de prestadora de STFC para encaminhamento de chamadas de Longa Distância a cada chamada por ele originada, observado o disposto na regulamentação do SMP.

**Cláusula 3.6** - As alterações no controle societário das AUTORIZADAS, na forma da Lei e da regulamentação em vigor, estarão sujeitas a controle prévio pela Anatel, visando a manutenção das condições indispensáveis para a autorização ou de outras condições da regulamentação.

§1º - São condições indispensáveis à expedição e à manutenção da autorização aquelas previstas na regulamentação aplicável e no Art. 133 da LGT.

§2º: A transferência da Autorização estará sujeita à aprovação da ANATEL, observadas as exigências do §2º do Art 136 da LGT.

§3º - Em todos os casos de alteração contratual, a AUTORIZADA deverá apresentar à Anatel cópias autenticadas das respectivas alterações, arquivadas ou registradas na repartição competente, no prazo de sessenta dias contados de sua efetivação.

**Cláusula 3.7** - A AUTORIZADA estabelecerá, livremente, os preços a serem praticados na exploração do SMP, podendo variar em função de características técnicas, de custos específicos e de utilidades ofertadas aos usuários, conforme definido na regulamentação do





SMP, observado o exposto, quando aplicável, no item 1.3 do anexo à Resolução Anatel nº 318, de 27 de setembro de 2002, durante toda a vigência da autorização, sendo reprimida toda prática prejudicial à competição, bem como o abuso do poder econômico nos termos da legislação própria.

**Parágrafo primeiro.** A AUTORIZADA deverá dar ampla publicidade de sua tabela de preços de forma a assegurar seu conhecimento pelos usuários e interessados na forma da regulamentação aplicável.

**Parágrafo segundo.** Os valores remuneratórios máximos a serem cobrados dos usuários considerados no seu conjunto, bem como os respectivos critérios de reajuste, serão aqueles constantes dos Planos de Serviço homologados pela Anatel.

#### Capítulo IV

##### Dos Compromissos de Abrangência

**Cláusula 4.1** – A AUTORIZADA se compromete a cumprir os Compromissos de Abrangência constantes do(s) Termo(s) de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências associado(s) ao presente Termo.

#### Capítulo V

##### Da Qualidade do Serviço

**Cláusula 5.1** - Constitui pressuposto da Autorização a adequada qualidade do serviço prestado pela AUTORIZADA, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

§1º - A regularidade será caracterizada pela exploração continuada do serviço com estrita observância do disposto nas normas baixadas pela ANATEL.

§2º - A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação dos parâmetros constantes deste Termo de Autorização e pelo atendimento ao usuário do serviço nos prazos previstos na regulamentação.

§3º - A segurança na exploração do serviço será caracterizada pela confidencialidade dos dados referentes à utilização do serviço pelos usuários, bem como pela plena preservação do sigilo das informações transmitidas no âmbito de sua exploração.

§4º - A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de exploração do serviço, com a absorção dos avanços tecnológicos que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições deste Termo de Autorização.

§5º - A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do serviço a todo e qualquer usuário, obrigando-se a AUTORIZADA a prestar o serviço a quem o solicite, de acordo com a regulamentação.

§6º - A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os usuários do serviço autorizado, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, usuários ou não, solicitem da AUTORIZADA informações, providências ou qualquer tipo de postulação conforme o disposto no presente Termo de Autorização.

17



15



**Cláusula 5.2** - A AUTORIZADA não poderá, na hipótese de interrupção da exploração do serviço, alegar o não adimplemento de qualquer obrigação por parte da ANATEL ou da União.

**Cláusula 5.3** - A exploração do serviço autorizado somente poderá ser suspensa em conformidade com o Regulamento do SMP.

**Cláusula 5.4** - A AUTORIZADA deverá cumprir as metas de qualidade fixadas em regulamentação específica.

## Capítulo VI

### Do Plano de Numeração

**Cláusula 6.1** - Observada a regulamentação, a AUTORIZADA se obriga a obedecer aos Regulamentos de Numeração editados pela Anatel, devendo assegurar ao assinante do serviço a portabilidade de códigos de acesso no prazo definido na regulamentação.

## Capítulo VII

### Da Cobrança dos Usuários

**Cláusula 7.1** - O valor, a forma de medição e os critérios de cobrança dos serviços prestados devem ser estabelecidos pela AUTORIZADA com base no que determina o Regulamento do SMP.

## Capítulo VIII

### Dos Direitos e Deveres dos Usuários

**Cláusula 8.1** - Constitui direitos e deveres dos usuários aqueles estabelecidos na LGT e na regulamentação aplicável, sem prejuízo dos direitos previstos na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos casos por ela regulados, nem daqueles constantes dos contratos de prestação do SMP.

## Capítulo IX

### Dos Direitos e Deveres da AUTORIZADA

**Cláusula 9.1** - Constituem obrigações da AUTORIZADA, aqueles estabelecidos na Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, na regulamentação aplicável e no presente Termo de Autorização.

**Cláusula 9.2** - Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao SMP, a AUTORIZADA se obriga a considerar oferta de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

### AUTENTICAÇÃO

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0141

\* ECD - 11/11/14-99991-11.

Goiânia, 07 de novembro de 2017.

Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente

Selo: 02001708241528094935236  
Consulte em <http://extrajudicial.tao.br>





**Cláusula 9.2.1** - Na contratação em questão, aplicam-se os procedimentos do Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 155, de 5 de agosto de 1999, alterada pela Resolução nº 421, de 2 de dezembro de 2005.

**Cláusula 9.2.2** - Compreendem-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, bem como a aquisição de programas de computador (software), supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.

## Capítulo X

### Das Obrigações e Prerrogativas da ANATEL

**Cláusula 10.1** - Além das outras prerrogativas inerentes à sua função de órgão regulador e das demais obrigações decorrentes deste Termo de Autorização, incumbirá à ANATEL:

I - acompanhar e fiscalizar a exploração do serviço visando ao atendimento da regulamentação;

II - regulamentar a exploração do serviço autorizado;

III - aplicar as penalidades previstas na regulamentação do serviço e, especificamente, neste Termo de Autorização;

IV - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando-os, em até 90 (noventa) dias, das providências tomadas com vista à repressão de infrações a seus direitos;

V - declarar extinta a Autorização nos casos previstos na LGT;

VI - zelar pela garantia de interconexão, dirimindo eventuais pendências surgidas entre a AUTORIZADA e demais prestadoras;

VII - acompanhar permanentemente o relacionamento entre a AUTORIZADA e demais prestadoras, dirimindo os conflitos surgidos;

VIII - coibir condutas da AUTORIZADA, contrárias ao regime de competição, observadas as competências do CADE e o descrito na regulamentação; e

IX - exercer a atividade fiscalizatória do serviço conforme o disposto neste Termo de Autorização; e

X - arrecadar as taxas relativas ao FISTEL e as contribuições relativas ao FUST, adotando as providências previstas na legislação.

**Cláusula 10.2** - A ANATEL poderá instaurar Procedimento Administrativo de Descumprimento de Obrigação (PADO) destinado a apurar inverdade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA, relativas à não participação no controle de outras empresas ou a outras vedações impeditivas de concentração econômica, sempre que houver indícios de influência relevante desta, de suas coligadas, controladas ou controladoras sobre pessoa jurídica prestadora de SMP, nos termos do Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101 da Anatel, de 4 de fevereiro de 1999.



**Parágrafo único.** A comprovação, após o procedimento previsto nesta Cláusula, de existência de qualquer situação que caracterize inverdade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA importará a extinção, por cassação, da Autorização, nos termos do Art. 139, da LGT.

**Cláusula 10.3** - A ANATEL poderá ainda instaurar procedimento administrativo destinado a apurar infração contra a ordem econômica prevista na Lei nº 8.884/94.

## Capítulo XI

### Do Regime de Fiscalização

**Cláusula 11.1** - A ANATEL exercerá a fiscalização do serviço a fim de assegurar o cumprimento dos compromissos constantes deste Termo de Autorização.

§1º - A fiscalização a ser exercida pela ANATEL compreenderá a inspeção e o acompanhamento das atividades, equipamentos e instalações da AUTORIZADA, implicando amplo acesso a todos os dados e informações da AUTORIZADA ou de terceiros.

§2º - As informações colhidas no exercício da atividade fiscalizatória serão publicadas na Biblioteca, à exceção daquelas que, por solicitação da AUTORIZADA, sejam consideradas pela ANATEL como de caráter confidencial.

§3º - As informações que venham a ser consideradas de caráter confidencial nos termos do parágrafo anterior, somente serão utilizadas nos procedimentos correlacionados ao presente Termo de Autorização, respondendo a ANATEL e aqueles por ela indicados por qualquer divulgação, ampla ou restrita, de tais informações fora deste âmbito de utilização.

**Cláusula 11.2** - A AUTORIZADA, por intermédio de representante indicado, poderá acompanhar toda e qualquer atividade da fiscalização da ANATEL, não podendo obstar ou impedir a atuação da fiscalização, sob pena de incorrer nas penalidades previstas na regulamentação.

## Capítulo XII

### Das Redes de Telecomunicações

**Cláusula 12.1** - A AUTORIZADA no que respeita à implantação e funcionamento de Redes de Telecomunicações destinadas a dar suporte à exploração do SMP deve observar o disposto na regulamentação, em especial, no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, editado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; e alterado pela Resolução nº 343, de 17 de julho de 2003, no Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 410, de 11 de julho de 2005, e no Regulamento do SMP.

**Parágrafo Único** - A mudança de padrões de tecnologia, promovida pela Autorizada, não pode onerar de forma unilateral e arbitrária o usuário, inclusive no que diz respeito as condições existentes de atendimento aos usuários existentes.

**Cláusula 12.2** - A remuneração pelo uso de redes será pactuada entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviços de telecomunicações, observado o disposto no Art. 152, da LGT e na regulamentação.



### AUTENTICAÇÃO

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0141

Goiânia, 07 de novembro de 2017.

Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente

Selo: 02001708241528094935232  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>





### Capítulo XIII

#### Das Sanções

**Cláusula 13.1** - A AUTORIZADA fica sujeita à fiscalização da Anatel, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, devendo, quando lhe for exigido, prestar contas conforme regulamentação, permitindo o livre acesso aos seus recursos técnicos e registros contábeis.

**Cláusula 13.2** - O descumprimento de condições ou de compromissos assumidos associados à autorização sujeitará a AUTORIZADA às sanções de advertência, multa, suspensão temporária ou caducidade, conforme disposto na regulamentação.

### Capítulo XIV

#### Da Extinção da Autorização

**Cláusula 14.1** - Considerar-se-á extinta a Autorização por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme os Arts. 138 a 144, da LGT, e consoante os procedimentos constantes da regulamentação.

**Parágrafo único.** A declaração de extinção não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis de conformidade com o disposto neste Termo de Autorização pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA.

### Capítulo XV

#### Do Regime Legal e dos Documentos Aplicáveis

**Cláusula 15.1** - Regem a Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a LGT, e a regulamentação dela decorrente.

**Cláusula 15.2** - Na exploração do SMP deverá ser observada a regulamentação editada pela ANATEL, como parte integrante deste Termo de Autorização.

**Cláusula 15.3** - Na interpretação das normas e disposições constantes deste Termo de Autorização deverão ser levadas em conta, além dos documentos referidos neste Capítulo, as regras gerais de hermenêutica e as normas e princípios contidos na LGT.

### Capítulo XVI

#### Do Foro

**Cláusula 16.1** - Para solução de questões decorrentes deste Termo de Autorização será competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília, Distrito Federal.

### Capítulo XVII

#### Das Disposições Finais

**Cláusula 17.1** - Este Termo de Autorização e seus efeitos são válidos a partir de 1º de novembro de 2009, nos termos do item 1.6.1. do Edital de Licitação n.º 002/2007/SPV, de 23 de outubro de 2007.

**Cláusula 17.2** - A AUTORIZADA compromete-se a observar estritamente toda a regulamentação, sujeitando-se inclusive às novas regulamentações e às alterações que venham a ser editadas, nos termos da Lei.



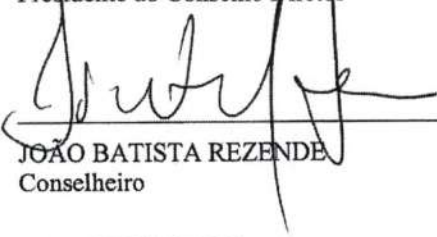
**Cláusula 17.3** – Observado o disposto no artigo 130 da LGT e nos editais de licitação, a AUTORIZADA não terá direito adquirido à manutenção das condições existentes na data de assinatura deste Termo, devendo observar os novos condicionamentos que venham a ser impostos por lei ou pela regulamentação a ser editada pela ANATEL.

E por assim estarem cientes das disposições e condições deste Termo de Autorização, as partes o assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 15 de MARÇO de 2010.

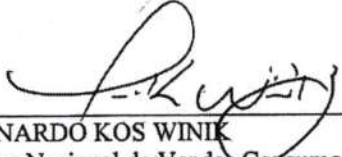
**Pela ANATEL:**

  
\_\_\_\_\_  
**RONALDO MOTA SARDENBERG**  
Presidente do Conselho Diretor

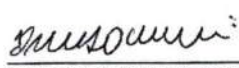
  
\_\_\_\_\_  
**JOÃO BATISTA REZENDE**  
Conselheiro


**Pela AUTORIZADA:**

  
\_\_\_\_\_  
**JOÃO ALBERTO SANTOS**  
Diretor Financeiro da Claro S.A.

  
\_\_\_\_\_  
**BERNARDO KOS WINIK**  
Diretor Nacional de Vendas Consumo da Claro S.A.

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
**DIRCEU BARAVEIRA**  
C.I. n.º 538.0723 SSP/SP

  
\_\_\_\_\_  
**NELSON MITSUO TAKAYANAGI**  
C.I. n.º 435.023 SSP/DF



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 009 /2010/PVCP/SPV-ANATEL**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO  
SERVIÇO MÓVEL PESSOAL QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA  
NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
- ANATEL E A CLARO S.A**

Pelo presente instrumento, de um lado a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, doravante denominada ANATEL, entidade integrante da UNIÃO, no exercício da competência atribuída pelo art. 19, IX da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - LGT, combinado com o art. 175, VIII do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, com CGC/MF n.º 02.030.715/001-12, ora representada pelo Presidente do Conselho Diretor da Anatel RONALDO MOTA SARDENBERG, brasileiro, casado, cartão de Identidade do Ministério das Relações Exteriores n.º 5601-MRE e CPF/MF 075.074.884-20, em conjunto com o Conselheiro JOÃO BATISTA DE REZENDE, brasileiro, divorciado, Carteira de Identidade n.º 3.412.238-5 - SSP/PR, CPF 472 648 709-44, conforme Ato n.º 7.538, de 22 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. de 13 de janeiro de 2010, e de outro a CLARO S.A, CNPJ n.º 40.432.544/0001-47, ora representada(s) por seu(s) Diretor(es) JOÃO ALBERTO SANTOS, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade n.º 012.359.416-2 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o n.º 062.033.455-04 e BERNARDO KOS WINIK, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n.º 15.931.845-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.112.858-76, doravante AUTORIZADA, celebram o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL, doravante denominado Termo, conforme o disposto no item 1.6 e seus subitens do Edital de Licitação n.º 002/2007/SPV-ANATEL, que será regido pelas normas adiante referidas e pelas seguintes cláusulas:

**Capítulo I**

**Do Objeto, Área de Prestação e Prazo de Vigência**

**Cláusula 1.1** - O objeto deste Termo é a unificação das Autorizações para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, prestado em regime privado, na(s) Área(s) de Prestação correspondente à Região III do Plano Geral de Autorização do Serviço Móvel Pessoal - SMP, por meio da consolidação dos Termos de Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP n.º 004/2003/PVCP/SPV-ANATEL, datado de 03 de fevereiro de 2003 e publicado no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2003 e n.º 039/2003/PVCP/SPV-ANATEL, datado de 29 de setembro de 2003 e publicado no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, doravante denominados INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS.

**Parágrafo Primeiro** - A unificação das Autorizações para exploração do SMP, objeto deste Termo, não importa na criação, modificação ou extinção dos direitos e obrigações previstos nos INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS.

**Parágrafo Segundo** - Compreende-se no objeto desta Autorização o Serviço Móvel Pessoal, prestado em regime privado, em conformidade com a regulamentação da ANATEL, e, em especial, consoante disposições contidas no Regulamento do SMP e no Plano Geral de Autorizações do SMP.

201090008324



**Cláusula 1.2** - Serviço Móvel Pessoal é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações, observadas as disposições constantes da regulamentação.

**Cláusula 1.3** - A AUTORIZADA tem direito à exploração industrial dos meios afetos à prestação dos serviços, observadas as disposições constantes da regulamentação, bem como o disposto nos artigos 154 e 155 da LGT.

**Cláusula 1.4** - O prazo desta autorização para exploração do SMP é indeterminado.

**Cláusula 1.5** - O serviço deve ser explorado com a utilização, pela AUTORIZADA, das subfaixas de radiofrequências previstas nos INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS e nos Termos de Autorização de Uso de Radiofrequência a ela vinculados, bem como daqueles Termos de Autorização de Uso de Radiofrequências que venham a ser firmados em decorrência de processos licitatórios a serem realizados pela Anatel.

**Cláusula 1.6** - Os Termos de Autorização para Uso das Radiofrequências anteriormente associados aos INSTRUMENTOS CONSOLIDADOS, objeto desta unificação, passam a associar-se ao presente Termo, dele sendo parte essencial e indissociável, passando a vigor em conjunto e unificadamente, contudo se preservando direitos e obrigações de cada Termo de Autorização para Uso das Radiofrequências e deste Termo.

## Capítulo II

### Do Valor da Autorização para Exploração do SMP

**Cláusula 2.1** - O valor da Consolidação dos Termos de Autorização para exploração do SMP na respectiva Área de Prestação é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser pago na data da sua assinatura.

§ 1º - O atraso no pagamento do ônus previsto nesta Cláusula implicará cobrança de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

§ 2º - O não pagamento do valor estipulado nesta cláusula implicará a caducidade da Autorização, independente da aplicação de outras penalidades previstas.

§ 3º - Em quaisquer das situações que levem à extinção da Autorização, o valor pago do preço público pela Autorização, até o momento da referida extinção, não será restituído.

## Capítulo III

### Do Modo, Forma e Condições da Prestação do Serviço

**Cláusula 3.1** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o SMP de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao serviço prestado em regime privado, observados os critérios, fórmulas e parâmetros definidos neste Termo de Autorização.

**Parágrafo único.** O descumprimento das obrigações relacionadas ao objeto deste Termo de Autorização ensejará a aplicação das sanções nele previstas, permitirá a suspensão temporária pela Anatel e, conforme o caso, será decretada a caducidade desta Autorização, na forma disposta no Art. 137 da LGT.





**Cláusula 3.2 - A AUTORIZADA** deve prestar o serviço objeto desta Autorização por sua conta e risco, dentro do regime de ampla e justa competição estabelecido na LGT, sendo remunerada pelos preços cobrados, conforme disposto neste Termo de Autorização.

§1º A AUTORIZADA não terá direito a qualquer espécie de exclusividade, qualquer hipótese de garantia de equilíbrio econômico-financeiro, nem poderá reclamar direito quanto à admissão de novas prestadoras do mesmo serviço.

§2º A AUTORIZADA não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes com a expedição desta Autorização ou do início das atividades, devendo observar os novos condicionamentos impostos por lei e pela regulamentação.

§3º As normas concederão prazos suficientes para adaptação aos novos condicionamentos.

**Cláusula 3.3 - A AUTORIZADA** se obriga a iniciar a exploração comercial do serviço, nas localidades ainda não atendidas nas condições estabelecidas nos documentos editalícios, nos prazos e condições fixadas no(s) Termo(s) de Autorização para Uso de Radiofrequências associados ao presente Termo.

**Cláusula 3.4 - A AUTORIZADA** deverá manter acesso gratuito para serviços públicos de emergência conforme estabelecido na regulamentação.

**Cláusula 3.5 - A AUTORIZADA** deverá assegurar ao seu usuário o livre exercício de seu direito de escolha de prestadora de STFC para encaminhamento de chamadas de Longa Distância a cada chamada por ele originada, observado o disposto na regulamentação do SMP.

**Cláusula 3.6 - As alterações** no controle societário das AUTORIZADAS, na forma da Lei e da regulamentação em vigor, estarão sujeitas a controle prévio pela Anatel, visando a manutenção das condições indispensáveis para a autorização ou de outras condições da regulamentação.

§1º - São condições indispensáveis à expedição e à manutenção da autorização aquelas previstas na regulamentação aplicável e no Art. 133 da LGT.

§2º: A transferência da Autorização estará sujeita à aprovação da ANATEL, observadas as exigências do §2º do Art 136 da LGT.

§3º - Em todos os casos de alteração contratual, a AUTORIZADA deverá apresentar à Anatel cópias autenticadas das respectivas alterações, arquivadas ou registradas na repartição competente, no prazo de sessenta dias contados de sua efetivação.

**Cláusula 3.7 - A AUTORIZADA** estabelecerá, livremente, os preços a serem praticados na exploração do SMP, podendo variar em função de características técnicas, de custos específicos e de utilidades ofertadas aos usuários, conforme definido na regulamentação do SMP, observado o exposto, quando aplicável, no item 1.3 do anexo à Resolução Anatel nº 318, de 27 de setembro de 2002, durante toda a vigência da autorização, sendo reprimida toda prática prejudicial à competição, bem como o abuso do poder econômico nos termos da legislação própria.

**Parágrafo primeiro.** A AUTORIZADA deverá dar ampla publicidade de sua tabela de preços de forma a assegurar seu conhecimento pelos usuários e interessados na forma da regulamentação aplicável.



**Parágrafo segundo.** Os valores remuneratórios máximos a serem cobrados dos usuários considerados no seu conjunto, bem como os respectivos critérios de reajuste, serão aqueles constantes dos Planos de Serviço homologados pela Anatel.

#### Capítulo IV

##### Dos Compromissos de Abrangência

**Cláusula 4.1** – A AUTORIZADA se compromete a cumprir os Compromissos de Abrangência constantes do(s) Termo(s) de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências associado(s) ao presente Termo.

#### Capítulo V

##### Da Qualidade do Serviço

**Cláusula 5.1** - Constitui pressuposto da Autorização a adequada qualidade do serviço prestado pela AUTORIZADA, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

§1º - A regularidade será caracterizada pela exploração continuada do serviço com estrita observância do disposto nas normas baixadas pela ANATEL.

§2º - A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação dos parâmetros constantes deste Termo de Autorização e pelo atendimento ao usuário do serviço nos prazos previstos na regulamentação.

§3º - A segurança na exploração do serviço será caracterizada pela confidencialidade dos dados referentes à utilização do serviço pelos usuários, bem como pela plena preservação do sigilo das informações transmitidas no âmbito de sua exploração.

§4º - A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de exploração do serviço, com a absorção dos avanços tecnológicos que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições deste Termo de Autorização.

§5º - A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do serviço a todo e qualquer usuário, obrigando-se a AUTORIZADA a prestar o serviço a quem o solicite, de acordo com a regulamentação.

§6º - A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os usuários do serviço autorizado, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, usuários ou não, solicitem da AUTORIZADA informações, providências ou qualquer tipo de postulação conforme o disposto no presente Termo de Autorização.

**Cláusula 5.2** - A AUTORIZADA não poderá, na hipótese de interrupção da exploração do serviço, alegar o não adimplemento de qualquer obrigação por parte da ANATEL ou da União.

**Cláusula 5.3** - A exploração do serviço autorizado somente poderá ser suspensa em conformidade com o Regulamento do SMP.

**Cláusula 5.4** - A AUTORIZADA deverá cumprir as metas de qualidade fixadas em regulamentação específica.



**CARTÓRIO**  
**FRANCISCO TAVEIRA**  
1º REGISTRO CIVIL E TABELionato de Notas

Av. Tocantins, 283 - Centro  
CEP: 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefone: 32 - 3212.1030

**AUTENTICAÇÃO**  
A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0141  
Goiânia, 17 de novembro de 2017.  
Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente  
Selo: 02001708241528094935302  
Consulte em <http://extrajudicial.tao.br>



## Capítulo VI

### Do Plano de Numeração

**Cláusula 6.1** - Observada a regulamentação, a AUTORIZADA se obriga a obedecer aos Regulamentos de Numeração editados pela Anatel, devendo assegurar ao assinante do serviço a portabilidade de códigos de acesso no prazo definido na regulamentação.

## Capítulo VII

### Da Cobrança dos Usuários

**Cláusula 7.1** - O valor, a forma de medição e os critérios de cobrança dos serviços prestados devem ser estabelecidos pela AUTORIZADA com base no que determina o Regulamento do SMP.

## Capítulo VIII

### Dos Direitos e Deveres dos Usuários

**Cláusula 8.1** - Constitui direitos e deveres dos usuários aqueles estabelecidos na LGT e na regulamentação aplicável, sem prejuízo dos direitos previstos na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos casos por ela regulados, nem daqueles constantes dos contratos de prestação do SMP.

## Capítulo IX

### Dos Direitos e Deveres da AUTORIZADA

**Cláusula 9.1** - Constituem obrigações da AUTORIZADA, aqueles estabelecidos na Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, na regulamentação aplicável e no presente Termo de Autorização.

**Cláusula 9.2** - Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao SMP, a AUTORIZADA se obriga a considerar oferta de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

**Cláusula 9.2.1** - Na contratação em questão, aplicam-se os procedimentos do Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155, de 5 de agosto de 1999, alterada pela Resolução n.º 421, de 2 de dezembro de 2005.

**Cláusula 9.2.2** - Compreendem-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, bem como a aquisição de programas de computador (software), supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.



## Capítulo X

### Das Obrigações e Prerrogativas da ANATEL

**Cláusula 10.1** - Além das outras prerrogativas inerentes à sua função de órgão regulador e das demais obrigações decorrentes deste Termo de Autorização, incumbirá à ANATEL:

- I - acompanhar e fiscalizar a exploração do serviço visando ao atendimento da regulamentação;
- II - regulamentar a exploração do serviço autorizado;
- III - aplicar as penalidades previstas na regulamentação do serviço e, especificamente, neste Termo de Autorização;
- IV - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando-os, em até 90 (noventa) dias, das providências tomadas com vista à repressão de infrações a seus direitos;
- V - declarar extinta a Autorização nos casos previstos na LGT;
- VI - zelar pela garantia de interconexão, dirimindo eventuais pendências surgidas entre a AUTORIZADA e demais prestadoras;
- VII - acompanhar permanentemente o relacionamento entre a AUTORIZADA e demais prestadoras, dirimindo os conflitos surgidos;
- VIII - coibir condutas da AUTORIZADA, contrárias ao regime de competição, observadas as competências do CADE e o descrito na regulamentação; e
- IX - exercer a atividade fiscalizatória do serviço conforme o disposto neste Termo de Autorização; e
- X - arrecadar as taxas relativas ao FISTEL e as contribuições relativas ao FUST, adotando as providências previstas na legislação.

**Cláusula 10.2** - A ANATEL poderá instaurar Procedimento Administrativo de Descumprimento de Obrigação (PADO) destinado a apurar inverdade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA, relativas à não participação no controle de outras empresas ou a outras vedações impeditivas de concentração econômica, sempre que houver indícios de influência relevante desta, de suas coligadas, controladas ou controladoras sobre pessoa jurídica prestadora de SMP, nos termos do Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101 da Anatel, de 4 de fevereiro de 1999.

**Parágrafo único.** A comprovação, após o procedimento previsto nesta Cláusula, de existência de qualquer situação que caracterize inverdade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA importará a extinção, por cassação, da Autorização, nos termos do Art. 139, da LGT.

**Cláusula 10.3** - A ANATEL poderá ainda instaurar procedimento administrativo destinado a apurar infração contra a ordem econômica prevista na Lei nº 8.884/94.





## Capítulo XI

### Do Regime de Fiscalização

**Cláusula 11.1** - A ANATEL exercerá a fiscalização do serviço a fim de assegurar o cumprimento dos compromissos constantes deste Termo de Autorização.

§1º - A fiscalização a ser exercida pela ANATEL compreenderá a inspeção e o acompanhamento das atividades, equipamentos e instalações da AUTORIZADA, implicando amplo acesso a todos os dados e informações da AUTORIZADA ou de terceiros.

§2º - As informações colhidas no exercício da atividade fiscalizatória serão publicadas na Biblioteca, à exceção daquelas que, por solicitação da AUTORIZADA, sejam consideradas pela ANATEL como de caráter confidencial.

§3º - As informações que venham a ser consideradas de caráter confidencial nos termos do parágrafo anterior, somente serão utilizadas nos procedimentos correlacionados ao presente Termo de Autorização, respondendo a ANATEL e aqueles por ela indicados por qualquer divulgação, ampla ou restrita, de tais informações fora deste âmbito de utilização.

**Cláusula 11.2** - A AUTORIZADA, por intermédio de representante indicado, poderá acompanhar toda e qualquer atividade da fiscalização da ANATEL, não podendo obstar ou impedir a atuação da fiscalização, sob pena de incorrer nas penalidades previstas na regulamentação.

## Capítulo XII

### Das Redes de Telecomunicações

**Cláusula 12.1** - A AUTORIZADA no que respeita à implantação e funcionamento de Redes de Telecomunicações destinadas a dar suporte à exploração do SMP deve observar o disposto na regulamentação, em especial, no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, editado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; e alterado pela Resolução nº 343, de 17 de julho de 2003, no Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 410, de 11 de julho de 2005, e no Regulamento do SMP.

**Parágrafo Único** - A mudança de padrões de tecnologia, promovida pela Autorizada, não pode onerar de forma unilateral e arbitrária o usuário, inclusive no que diz respeito as condições existentes de atendimento aos usuários existentes.

**Cláusula 12.2** - A remuneração pelo uso de redes será pactuada entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviços de telecomunicações, observado o disposto no Art. 152, da LGT e na regulamentação.

## Capítulo XIII

### Das Sanções

**Cláusula 13.1** - A AUTORIZADA fica sujeita à fiscalização da Anatel, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, devendo, quando lhe for exigido, prestar contas conforme regulamentação, permitindo o livre acesso aos seus recursos técnicos e registros contábeis.



**Cláusula 13.2** - O descumprimento de condições ou de compromissos assumidos associados à autorização sujeitará a AUTORIZADA às sanções de advertência, multa, suspensão temporária ou caducidade, conforme disposto na regulamentação.

#### Capítulo XIV

##### Da Extinção da Autorização

**Cláusula 14.1** - Considerar-se-á extinta a Autorização por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme os Arts. 138 a 144, da LGT, e consoante os procedimentos constantes da regulamentação.

**Parágrafo único.** A declaração de extinção não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis de conformidade com o disposto neste Termo de Autorização pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA.

#### Capítulo XV

##### Do Regime Legal e dos Documentos Aplicáveis

**Cláusula 15.1** - Regem a Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a LGT, e a regulamentação dela decorrente.

**Cláusula 15.2** - Na exploração do SMP deverá ser observada a regulamentação editada pela ANATEL, como parte integrante deste Termo de Autorização.

**Cláusula 15.3** - Na interpretação das normas e disposições constantes deste Termo de Autorização deverão ser levadas em conta, além dos documentos referidos neste Capítulo, as regras gerais de hermenêutica e as normas e princípios contidos na LGT.

#### Capítulo XVI

##### Do Foro

**Cláusula 16.1** - Para solução de questões decorrentes deste Termo de Autorização será competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília, Distrito Federal.

#### Capítulo XVII

##### Das Disposições Finais

**Cláusula 17.1** - Este Termo de Autorização e seus efeitos são válidos a partir de 1º de novembro de 2009, nos termos do item 1.6.1. do Edital de Licitação n.º 002/2007/SPV, de 23 de outubro de 2007.

**Cláusula 17.2** - A AUTORIZADA compromete-se a observar estritamente toda a regulamentação, sujeitando-se inclusive às novas regulamentações e às alterações que venham a ser editadas, nos termos da Lei.

**Cláusula 17.3** - Observado o disposto no artigo 130 da LGT e nos editais de licitação, a AUTORIZADA não terá direito adquirido à manutenção das condições existentes na data de assinatura deste Termo, devendo observar os novos condicionamentos que venham a ser impostos por lei ou pela regulamentação a ser editada pela ANATEL.

N  
X



**FRANCISCO TAVEIRA**  
# REGISTRO CIVIL E TABELADO DE NOTAS

Av. Tocantins, 253 - Centro  
CEP 74019-910 - Goiânia - GO  
Telefones: 62 - 3212 1030

#### AUTENTICAÇÃO

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0141  
G.O. DE 989AE-10.  
Goiânia, 07 de novembro de 2017.

Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente

Selo: 02001708241528094935298  
Consulte em <http://extrajudicial.tfoa.br>



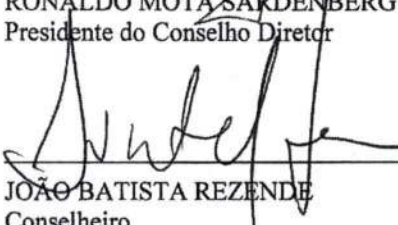
**Cláusula 17.3** – Observado o disposto no artigo 130 da LGT e nos editais de licitação, a AUTORIZADA não terá direito adquirido à manutenção das condições existentes na data de assinatura deste Termo, devendo observar os novos condicionamentos que venham a ser impostos por lei ou pela regulamentação a ser editada pela ANATEL.

E por assim estarem cientes das disposições e condições deste Termo de Autorização, as partes o assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.


Brasília, 15 de março de 2010.

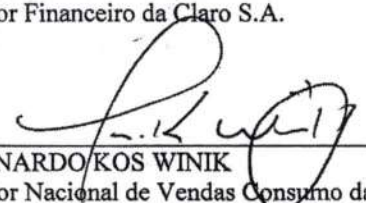
Pela ANATEL:

  
RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho Diretor

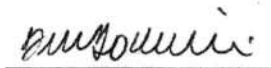
  
JOÃO BATISTA REZENDE  
Conselheiro

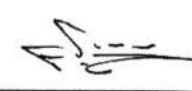
Pela AUTORIZADA:

  
JOÃO ALBERTO SANTOS  
Diretor Financeiro da Claro S.A.

  
BERNARDO KOS WINIK  
Diretor Nacional de Vendas Consumo da Claro S.A.

TESTEMUNHAS:

  
DIRCEU BARAVEIRA  
C.I. n.º 538.0723 SSP/SP

  
NELSON MITSUO TAKAYANAGI  
C.I. n.º 435.023 SSP/DF

**SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

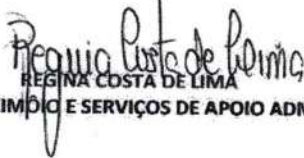
Atestamos para fins de habilitação em processos licitatórios que a **CLARO S.A.**, nova Denominação Social de BCP S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **40.432.544/0001-47**, com sede na Rua Flórida, nº 1.970, Cidade Monções, em São Paulo – SP, Registrada no CREA/SP sob o nº 0481194, sucessora por incorporação da ATL – Telecom Leste S/A, TELET S/A, TESS S/A, BSE S/A e STEMAR Telecomunicações Ltda., conforme Ato Anatel n. 54.556, de 06.12.2005, doravante designada **CLARO**, por sua Filial com domicílio a Av Agamenon Magalhães, 1.114 - Parque Amorim, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e CNPJ **40.432.544/0102-90**, Registrada no CREA/PE sob o nº PE007364, empresa Autorizada pela ANATEL a prestar Serviços de Telecomunicações, especificamente do Serviço Móvel Pessoal – **SMP** e de Serviço de Comunicação Multimídia – **SCM**, para isso utilizando 'Espectro de Radiofrequência' a ela atribuído em todas as Regiões do Território Nacional, conforme Termos de Autorização concedidos pela Autarquia Federal, sendo que a **CLARO** mantém Contrato em execução desde **09/04/2012**, até **08/04/2013**, com esse Atestante **PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA**, com sede na Rua de São Bento, 123 – Varadouro – Olinda - PE, pelo valor estimado de **R\$ 391.724,40 (trezentos e noventa e um mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)**, na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, de CNPJ/MF nº **10.404.184/0001-09**, para a prestação de serviços técnicos de telecomunicações, a saber:

Serviço de telecomunicações, com exploração dentre outros do 'Espectro de Radiofrequência' em todas as Regiões do Território Nacional, segundo o PGO, através de Serviço Móvel Pessoal – **SMP** e de fornecimento em comodato de equipamentos de vários perfis denominados *handsets*, *smartphones*, *modems* e de *sim cards - chips*, para tráfego de serviços de 'voz', 'dados pelo celular e modems', 'telemetria' e 'imagens', serviços de 'SVA - valor adicionado', tudo isso com utilização de tecnologia celular digital **GSM (Global System for Mobile Communication)** - Sistema de Comunicação Global, **GPRS (General Packet Radio Service)** – Serviço de Transmissão de Pacotes de Dados por Rádio, **EDGE (Enhanced Data rates for Global Evolution)** – Taxa de Dados Ampliada para Evolução do GSM, bem como a tecnologia de 3G (terceira geração) denominada **HSPA (High Speed Packet Access)/UMTS (Universal Mobile Telecommunication System)**, com prestação do serviço de forma ininterrupta, dentro de sua área de cobertura nacional ou conforme acordos de *Roaming Nacional e Internacional*, celebrados com outras operadoras, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, e *Call Center* para atendimento também em regime de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em plano de serviços pós-pago, em fornecimento de **960 (novecentos e sessenta)** acessos móveis, bem como de meios físicos inerentes à 'Rede de Telecomunicações' para prestação dos serviços de telecomunicações e a plena execução dos mesmos.

Que os acessos permitem, dentre outras condições de interconexão e demais serviços, a escolha livremente aos usuários, no uso de serviços de 'voz', a seleção do 'Código de Seleção da Prestadora – CSP' de empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Longa Distância Nacional e Internacional, dentre elas o da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – **EMBRATEL** com o uso do CSP '21', na forma da regulamentação – e que os serviços são faturados ou isolada ou conjuntamente, ou seja, na forma de *cobilling*.

Os referidos serviços e equipamentos fornecidos atendem as recomendações dos regulamentos para a prestação de serviços de telecomunicações, sendo os mesmos fiscalizados, conforme Outorgas concedidas, pelo Poder Concedente - ANATEL e que os mesmos são prestados de forma satisfatória à essa empresa, com nível de disponibilidade e qualidade técnica suficientes, nada havendo que os desabone até a presente data, sendo responsável técnico contratado em quadro efetivo pela **CLARO** o Eng. Leonardo Lins de Albuquerque Filho, Engenheiro Eletricista, com registro no CREA/PE de nº. **PE026203** e Carteira nº. **1806482495**.

Olinda, 05 de Junho de 2012.

  
REGINA COSTA DE LIMA  
DIRETORA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Rua de São Bento, 123 – Varadouro – Olinda – PE. Fone 81.3305.1039 CNPJ: 10.404.184/0001-09



**AUTENTICAÇÃO**

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0141

Goiânia, 07 de novembro de 2017.

Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente

Selo: 02001708241528094935098  
Consulte em <http://extrajudicial.tao.br>







**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PE**

**CAT com Registro de Atestado**

1044492012

Atividade em Andamento



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - Crea-PE, o Acervo Técnico do profissional **LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE FILHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):  
Profissional: **LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE FILHO**  
Registro: **PE026203** RNP: **1806482495**  
Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**

Número da ART : 125398022012	Tipo de ART : Obra e Serviço	Registrada em : 09/02/2012	Baixada em : 24/02/2012
Forma de Registro : Empregado		Participação Técnica : Individual	
Empresa Contratada : CLARO S.A.			
Contratante : COMPESA			CPF / CNPJ: 09.769.035/0001-64
Rua : AVENIDA Gov. Agamenon Magalhães			N.º: 1114
Complemento: Não indicado	Bairro : Graças		
Cidade: Recife	UF : PE	CEP : 52.020-900	
Contrato : CT.PS.09.0.0217	Celebrado em : Não indicado	Vinculado à ART : Não indicado	
Valor do Contrato(R\$) 684.000,00	Tipo de Contratante Não indicado	Ação institucional : Não indicado	
Endereço da Obra/Serviço: AVENIDA Cruz Cabugá		N.º: 1387	
Complemento: Não indicado	Bairro : Santo Amaro		
Cidade: Recife	UF : PE	CEP : 50.050-000	
Data de Início : 31/03/2009	Conclusão efetiva : 31/03/2013	Coordenadas Geográficas : Não indicado	
Finalidade : Não indicado		Código : Não indicado	
Proprietário : COMPESA		CPF/CNPJ: 09.769.035/0001-64	
Atividade Técnica :	Quantidade: 12,00	Unidade: Mês	

Atividades Desenvolvidas: PROJETO: TELEMÁTICA

RESUMO DO CONTRATO: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES, COM EXPLORAÇÃO DENTRE OUTROS DO 'ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA' EM TODAS AS REGIÕES DO TERRITÓRIO NACIONAL, SEGUNDO O PGO, ATRAVÉS DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP E DE FORNECIMENTO EM COMODATO DE EQUIPAMENTOS DE VÁRIOS PERFIS DENOMINADOS HANDSETS, SMARTPHONES, MODEMS E DE SIM CARDS - CHIPS, PARA TRÁFEGO DE SERVIÇOS DE 'VOZ', 'DADOS PELO CELULAR E MODEMS', 'TELEMETRIA' E 'IMAGENS', SERVIÇOS DE 'SVA - VALOR ADICIONADO', TUDO ISSO COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA CELULAR DIGI

RESUMO DA OBRA/SERVIÇO: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES, COM EXPLORAÇÃO DENTRE OUTROS DO 'ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA' EM TODAS AS REGIÕES DO TERRITÓRIO NACIONAL, SEGUNDO O PGO, ATRAVÉS DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP E DE FORNECIMENTO EM COMODATO DE EQUIPAMENTOS DE VÁRIOS PERFIS (GSM/GPRS/EDGE/3G/HSDPA/UMTS).

Observações:

Não indicado

Informações Complementares:

O ACERVO SE REFERE AO PERÍODO DE 14/01/2009 A 06/02/2012.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A022.641 a A022.642, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante de obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão De Acervo Técnico n.º 1044492012

24 de fevereiro de 2012, 10:20:59

Autenticação: ba16b253-5699-49cc-8d60-5be2f9667c17

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro de atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PE (<http://www.creape.org.br>).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Eng  
Av. Agamenon Magalhães, 29  
Tel: (81) 3423.4383 Fax: (81)

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

FRANCISCO TAWEIRA  
PROFESSOR DE ENGENHARIA DE MATERIAIS

Av. Tacamim, 303 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefone: 62. 3212 1030

**AUTENTICAÇÃO**  
A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé.  
Goiânia, 02 de novembro de 2017.  
Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente  
Selo: 02001708241528094935097  
Consulte em <http://extrajudicial.tao.ks.br>



*[Handwritten signature]*



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para fins de habilitação em processos licitatórios que a **CLARO S.A.** nova Denominação Social de BCP S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **40.432.544/0001-47**, com sede na Rua Flórida, nº 1.970, Cidade Monções, em São Paulo – SP, Registrada no CREA/SP sob o nº 0481194, sucessora por incorporação da ATL – Telecom Leste S/A, TELET S/A, TESS S/A, BSE S/A e STEMAR Telecomunicações Ltda., conforme Ato Anatel n. 54.556, de 06.12.2005, doravante designada **CLARO**, por sua Filial com domicílio a Av. Agamenon Magalhães, 1.114 - Parque Amorim, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e CNPJ **40.432.544/0102-90**, Registrada no CREA/PE sob o nº PE007364, empresa Autorizada pela ANATEL a prestar Serviços de Telecomunicações, especificamente do Serviço Móvel Pessoal – SMP e de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, para isso utilizando ‘Espectro de Radiofrequência’ a ela atribuído em todas as Regiões do Território Nacional, conforme Termos de Autorização concedidos pela Autarquia Federal, sendo que a CLARO mantém Contrato em execução desde 14/01/2009, até a presente data, com esse Atestante - **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, com sede na Av. Cruz Cabugá, 1387. Bairro: Santo Amaro. Recife/PE, pelo valor estimado de **R\$ 684.000,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil reais)**, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de CNPJ/MF nº **09.769.035/0001-64**, para a prestação de serviços técnicos de telecomunicações, a saber:

Serviço de telecomunicações, com exploração dentre outros do ‘Espectro de Radiofrequência’ em todas as Regiões do Território Nacional, segundo o PGO, através de **Serviço Móvel Pessoal – SMP** e de fornecimento em comodato de equipamentos de vários perfis denominados *handsets, smartphones, modems* e de *sim cards - chips*, para tráfego de serviços de ‘voz’, ‘dados pelo celular e modems’, ‘telemetria’ e ‘imagens’, serviços de ‘SVA - valor adicionado’, tudo isso com utilização de tecnologia celular digital **GSM (Global System for Mobile Communication)** - Sistema de Comunicação Global, **GPRS (General Packet Radio Service)** - Serviço de Transmissão de Pacotes de Dados por Rádio, **EDGE (Enhanced Data rates for Global Evolution)** - Taxa de Dados Ampliada para Evolução do GSM, bem como a tecnologia de 3G(terceira geração) denominada **HSPA (High Speed Packet Access)/UMTS (Universal Mobile Telecommunication System)**, com prestação do serviço de forma ininterrupta, dentro de sua área de cobertura nacional ou conforme acordos de *Roaming Nacional e Internacional*, celebrados com outras operadoras, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, e *Call Center* para atendimento também em regime de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em plano de serviços pós-pago, em fornecimento de **882 (oitocentos e oitenta e dois)** acessos móveis, bem como de meios físicos inerentes à ‘Rede de Telecomunicações’ para prestação dos serviços de telecomunicações e a plena execução dos mesmos.

Av. Cruz Cabugá, 1387 – Santo Amaro – Recife, PE – CEP: 50040-905  
PABX: 3412.9734 (Cabugá / Aurora), FAX: 3412.9861 – 3412.9645  
CNPJ (MF) 09.769.035/0001-64 – INSC. ESTADUAL 18.1.001.0014398-2  
[www.compesa.com.br](http://www.compesa.com.br)

FRE-011

 **CARTÓRIO**  
**FRANCISCO TAVEIRA**  
#REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS

Av. Tocantins, 285 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telef: 62 - 3212.1030

**AUTENTICAÇÃO**

presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0141  
\*G403 JK 13-98935-10.

Goiânia, 07 de novembro de 2017.

Nathalia Maria de Oliveira Neres  
escrevente

Selo: 02001708241528094935096  
Consulta em <http://extrajudicial.tioa.br>